

UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL DA RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE DE RENDA E SERVIÇO DOMÉSTICO

AN INTERNATIONAL COMPARATIVE ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN INCOME INEQUALITY AND DOMESTIC SERVICE

Alexandre Barbosa Fraga*
Elisa Alonso Monçores Viana**

Introdução

Em 2011, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou, durante a 100ª Conferência Internacional do Trabalho, a Convenção sobre Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos (nº. 189) e a Recomendação (nº. 201) que a acompanha, estendendo a essa categoria os mesmos direitos já assegurados às demais em cada país. Com o objetivo de evidenciar o grande volume de serviço doméstico no mundo e de demonstrar, devido à baixa proteção legal apresentada por essa ocupação, a necessidade e a relevância dessas normas internacionais adotadas, a OIT re-

alizou uma pesquisa intitulada “Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection”, publicada em livro no ano de 2013, na qual reuniu, pela primeira vez, em um só documento, estatísticas oficiais de uma quantidade expressiva de países, novas estimativas regionais e globais sobre o número de trabalhadores domésticos e a sua evolução ao longo do tempo.

Para esse estudo, a OIT conseguiu encontrar informações estatísticas sobre o serviço doméstico disponíveis em 117 países e territórios, organizados pela pesquisa em seis grupos regionais: países desenvolvidos (25), Europa Oriental e Comunidade

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: alexbfraga@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8568-9545>.

** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Departamento de Ciências Econômicas e Exatas, Três Rios, RJ, Brasil. E-mail: elisa_moncores@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3070-9494>



dos Estados Independentes (21), Ásia e Pacífico (18), América Latina e Caribe (23), África (20) e Oriente Médio (10). Após a análise desses dados, foi possível constatar que a proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas varia muito tanto entre as seis regiões do mundo (de 0,4% na Europa Oriental e Comunidade dos Estados Independentes a 20,5% e 17,4% no Oriente Médio e na América Latina e Caribe, respectivamente) quanto entre os países (de 0,1% no Japão e na Rússia a 18,5% no Uruguai e 59,3% em Omã).

Esses resultados levam à seguinte questão, de alguma forma ainda em aberto na bibliografia sobre o trabalho doméstico remunerado: o que explica a variação na proporção de mão de obra ocupada no serviço doméstico? Pergunta válida em diferentes níveis: entre essas seis regiões do mundo; na mesma região, ao longo do tempo; entre os países; em um único país em duas temporalidades distintas; entre as diversas localidades que o formam; ou em uma delas em momentos variados. Como explicar, por exemplo, por que a América Latina e Caribe e o Oriente Médio apresentam as percentagens mais elevadas de trabalhadoras domésticas, ou por que elas são pouco expressivas na maior parte dos países desenvolvidos? Como explicar, ainda, por que alguns países do mundo são exceções em suas regiões, ou por que em alguns deles as proporções que eram muito baixas cresceram nas últimas décadas?

Há cinco hipóteses já levantadas pelas literaturas sociológica e econômica para responder a essa questão: a modernização; o crescimento econômico; a desigualdade de renda; a imigração; e a forma como ficou resolvida socialmente, em cada nação, a articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva – pela via do Estado, do merca-

do ou da família. O objetivo deste artigo é apresentá-las e verificar especificamente a hipótese da desigualdade de renda, contribuindo para responder àquela questão colocada pela bibliografia sobre o serviço doméstico. Diferentemente de Milkman, Reese e Roth (1998), que testaram a relação entre a desigualdade e a proporção de serviço doméstico apenas para os Estados Unidos, a presente pesquisa amplia esse *corpus* analítico, analisando essa relação para 95 países do mundo. Por meio dessa análise comparativa internacional, objetiva-se investigar, de forma mais ampla, o peso da desigualdade de renda sobre o serviço doméstico.

Metodologicamente, a hipótese sobre a relação entre o grau de desigualdade dos países e a proporção de mulheres ocupadas como trabalhadora doméstica é verificada a partir da estimação de uma regressão, por meio do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), em uma adaptação da metodologia adotada por Milkman, Reese e Roth (1998). Os dados sobre a participação das mulheres ocupadas no segmento de serviços domésticos são provenientes dessa pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgada em 2013. Além disso, fez-se a opção por utilizar o índice de Gini como indicador para a aferição da desigualdade de renda nos países analisados. A fonte desse indicador é o banco de dados on-line sobre desenvolvimento socioeconômico mantido e divulgado pelo Banco Mundial.

1. Explicações para a variação na proporção de serviço doméstico

Nas literaturas sociológica e econômica, a *primeira hipótese* explicativa para a variação da proporção de serviço doméstico data dos anos 1950, 1960 e 1970, quando os

pressupostos das teorias da modernização, no âmbito da Sociologia norte-americana, foram utilizados por vários autores para interpretar o volume maior ou menor de trabalho doméstico remunerado encontrado em cada país. As teorias da modernização, com as contribuições, entre outros, de Parsons (1951), Lerner (1958), McClelland (1961), Moore e Hoselitz (1963), buscaram construir padrões de sociedade “tradicional” e “moderna” e defenderam a modernização como o processo por meio do qual seria possível passar, de forma linear e válida globalmente, de um a outro.

Na escala universal construída por essas teorias, cada sociedade poderia ser classificada como “moderna” (na qual os papéis ocupacionais seriam profundamente diferenciados das relações comunitárias e de parentesco) ou “tradicional” (na qual esses elementos seriam profundamente indissociáveis), ou ainda como um dos vários estágios intermediários entre esses dois polos. De modo geral, as teorias da modernização associavam o “homem moderno” a variáveis como a industrialização, a secularização, a urbanização e a mobilidade social, que, combinadas a outras, levariam a uma sociedade moderna, à qual era atribuída superioridade em relação à tradicional. Nesse sentido, se os valores tradicionais fossem conhecidos e superados, a modernização ocorreria em qualquer lugar, subestimando as diferenças políticas, culturais e históricas encontradas.

Autores como Aubert (1955-56), Collver e Langlois (1962), Boserup (1970), Coser (1973), McBride (1976) e Chaplin (1978) valeram-se dessas ideias para tentar compreender as proporções diferenciadas de mão de obra feminina ocupada no serviço doméstico. Para eles, a modernização e a industrialização dão origem a dois fatores que

explicariam essa variação. O primeiro, é o de que as mulheres conseguiriam se inserir em outras ocupações mais atrativas, resultando na falta de trabalhadoras interessadas no serviço doméstico. Já o segundo, é o de que o desenvolvimento tecnológico, marcado pelo fornecimento constante de novos aparelhos e eletrodomésticos, tornaria a execução dos afazeres domésticos tão fácil e rápida que não haveria mais necessidade de contratação de alguém para realizá-los: “no mundo moderno, dispositivos que poupam trabalho na casa, novos arranjos de marketing e outros avanços tecnológicos levaram a um declínio da necessidade de serviços em casa” (COSER, 1973, p. 39, tradução nossa). Ou seja, o “homem moderno” poderia ser associado a mais uma variável: a inexistência de trabalho doméstico remunerado.

Essa visão defendia, portanto, que, com a modernização, haveria um processo irreversível de diminuição da proporção de trabalhadoras no serviço doméstico, o qual, segundo a previsão do sociólogo americano Lewis Coser (1973), teria como consequência inevitável o fim dessa ocupação, pelo menos em sua forma tradicional, em um futuro próximo, uma vez que “o papel de serviço é obsoleto na sociedade moderna” (COSER, 1973, p. 31, tradução nossa). No entanto, o principal problema desse tipo de perspectiva foi partir de dois pressupostos equivocados: o de que relações sociais muito desiguais seriam incompatíveis com as condições sociais “modernas” (MILKMAN; REESE; ROTH, 1998, p. 151) e o de que o desenvolvimento tecnológico resolveria os afazeres domésticos. Em relação ao primeiro pressuposto, o que se viu em muitos países foi a compatibilização entre modernização e desigualdade socioeconômica. No que tange ao segundo, como ressaltam Hill

(1995) e Hondagneu-Sotelo (2001), a elevação dos padrões de higiene e de cuidado das crianças e o incremento tecnológico criaram novas necessidades e exigências, não havendo diminuição do trabalho doméstico.

A *segunda hipótese* explicativa é o crescimento econômico como justificativa para a maior ou menor proporção de mão de obra feminina ocupada no serviço doméstico. Se nas teorias da modernização a redução do trabalho doméstico remunerado seria um processo linear e contínuo, essa outra hipótese defende a possibilidade de haver variações, idas e vindas, em virtude dos distintos períodos de crescimento e de crise em um determinado país. Ou seja, ainda que inspirada na anterior, essa segunda explicação tem as suas especificidades. Segundo ela, as opções de trabalho seriam maiores em períodos de prosperidade econômica, sobretudo para as mulheres mais jovens e mais escolarizadas, tornando o serviço doméstico menos atrativo nesses momentos. Situação inversa seria encontrada em tempos de crise econômica, nos quais essa ocupação voltaria a despertar interesse devido à escassez de outras oportunidades.

Essa hipótese foi confirmada pela pesquisa brasileira de Viecei, Schneider e Monteiro (2017) sobre os determinantes da presença do emprego doméstico no mercado de trabalho. Esses autores concluíram, por meio de um estudo econométrico com vários países do mundo, a existência da seguinte relação entre o crescimento econômico, o desemprego e a participação do trabalho doméstico remunerado na estrutura ocupacional:

De acordo com a estimativa, quanto maior o PIB *per capita* do país, menor é a participação dos serviços domésticos na ocupação. Esse resultado é obtido em todas as especi-

ficações da tabela, mostrando que há uma relação negativa robusta entre as variáveis. No caso do desemprego, o sinal do coeficiente aponta que quanto maior o desemprego, maior é a participação do serviço doméstico. Essa relação confirma a natureza precária desse tipo de ocupação (VIECELI; SCHNEIDER; MONTEIRO, 2017, p. 107).

No Brasil, a proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas, que chegou a 18,0% em 2001, foi diminuindo ao longo dos anos 2000, chegando a 15,8% em 2008 (IPEA, 2011). Levando em consideração essa segunda hipótese explicativa, seria possível relacionar tal redução ao crescimento econômico mais acentuado do país e à ampliação das oportunidades ocupacionais no período. Nesse contexto, abriu-se um leque maior de possibilidades para as mulheres pobres, seja no comércio e no ramo de beleza e higiene pessoal (BRITES; PICANÇO, 2014, p. 138), seja no setor de telemarketing. Sobretudo este segundo caminho, de acordo com Braga (2012), significou mais uma porta de entrada para o mercado de trabalho às filhas de empregadas domésticas, para além do serviço doméstico. A proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas continuou em decréscimo ao longo dos anos 2010, chegando a 14,6% em 2013. No entanto, apesar da recessão econômica e da crise a partir de 2014, o percentual permaneceu em níveis parecidos aos dos anos anteriores, 14% em 2014 e 14,3% em 2015 (IPEA, 2015), indo, nesse caso, de encontro à explicação que relaciona serviço doméstico e crescimento econômico.

Por sua vez, as sociólogas americanas Milkman, Reese e Roth (1998) responderam de forma diferente a essa questão formulada pela literatura, apresentando uma *tercei-*

ra hipótese explicativa: a dimensão da desigualdade de renda. Defenderam que um fator importante do tamanho do emprego doméstico em um determinado lugar é o grau de desigualdade econômica ali existente, o que, para elas, teria sido negligenciado pelos estudos anteriores. De acordo com as autoras, isso poderia explicar por que a proporção de mulheres ocupadas no serviço doméstico é alta em países mais desiguais, como os da América Latina e da África, e baixa em países relativamente mais igualitários, como a Suécia. Além disso, tornaria mais compreensível o porquê dessa proporção variar consideravelmente mesmo entre países ricos, “desenvolvidos” e “modernos” da Europa e da América do Norte.

Milkman, Reese e Roth (1998) quiseram buscar na macrosociologia a comprovação de algo já revelado pelos estudos da microsociologia do serviço doméstico norte-americano: a maior desigualdade de renda gera uma situação na qual um grupo de mulheres tem condições financeiras de comprar no mercado a realização de afazeres domésticos, enquanto que outro grupo de mulheres, com menor poder aquisitivo, aceita executar esse tipo de serviço. Quanto maior é a diferença de renda entre pobres e ricos, mais baixo é o custo da contratação para estes últimos. Para comprovar essa relação entre o grau de desigualdade econômica e a variação nas dimensões dessa ocupação, seria necessário um teste empírico.

Nesse sentido, as autoras analisaram, com base nos dados do Censo de 1990, as cem maiores áreas metropolitanas dos Estados Unidos.¹ Tomaram como variável dependente o volume de serviço doméstico,

operacionalizado como a percentagem da mão de obra feminina ocupada em serviços domésticos particulares. Além disso, mantiveram constantes alguns fatores que a literatura sobre o caso americano julgava influenciar o tamanho da ocupação (cor/raça, condição de imigrante e taxas de participação na força de trabalho de mães com filhos pequenos²). Os resultados encontrados por elas confirmaram a relação entre a desigualdade de renda e o serviço doméstico:

Apresentamos uma série de modelos, primeiro para definir a desigualdade como predição do emprego doméstico (modelo 1) e depois para mostrar que esse fator continua sendo significativo quando se incluem as variáveis de oferta e demanda. Em todos os modelos (exceto no 2, que omite a variável desigualdade), nossa hipótese de que a desigualdade de renda familiar relaciona-se positivamente com o emprego doméstico é confirmada, e, em cada um deles, esse resultado é estatisticamente significativo (MILKMAN; REESE; ROTH, 1998, p. 161/162).

Uma quarta hipótese explicativa é a imigração, intimamente relacionada à anterior. A maior concentração de imigrantes, sobretudo quando ilegais e em situação de particular vulnerabilidade, saídos de países mais pobres para outros mais ricos, modifica as condições de contratação e redimensiona o mercado de compra e venda de serviços domésticos no lugar de destino. Isso ocorre porque a chegada de pessoas de renda mais baixa aumenta a desigualdade e torna os serviços pessoais domésticos ao alcance de um número superior de famílias, que, até

1. Census of Population and Housing, Estados Unidos, 1990.

2. Para as autoras, nas áreas metropolitanas onde as taxas de participação de mães com filhos pequenos na força de trabalho fossem grandes, a procura por empregadas domésticas seria maior do que nas outras.

então, poderiam não ter recursos financeiros suficientes para demandá-los.

A história de Isabel, trabalhadora doméstica filipina que passou oito anos invisível em Frankfurt, é uma das muitas trajetórias de mulheres migrantes na Europa. Nos últimos dez anos, a migração de mulheres como Isabel, vindas de vários países do mundo para trabalhar como domésticas na Europa, aumentou de forma impetuosa. Via de regra, ocorre um fluxo predominante de certos países para outros, geralmente em função dos processos seculares de colonização: as norte-africanas vão trabalhar na França, Espanha ou Itália; as peruanas, dominicanas e outras latino-americanas vão para a Espanha, Itália, Portugal ou Estados Unidos; as Filipinas e indonésias são as preferidas na Alemanha, Inglaterra e Canadá; as albanesas, da Eritreia ou da Etiópia, vão trabalhar na Grécia e na Itália; por sua vez as polonesas e russas têm ido em número cada vez maior para França, Itália, Alemanha e Espanha (LISBOA, 2006, p. 153/154).

O mesmo vale para situações de deslocamento dentro de um mesmo país. No Brasil, por exemplo, o serviço doméstico foi profundamente marcado no século XX pelos fluxos migratórios do Nordeste para o Sudeste e das pequenas para as grandes cidades, possibilitando a ampliação dessa ocupação.

Por fim, buscando acrescentar mais uma explicação a esse debate, Fraga (2016), partindo das teorias sobre o *care work*, saiu da esfera econômica, predominante nas hipóteses anteriores, e, utilizando o conceito de enraizamento social de Polanyi (1980) e Granovetter (2001), propôs um fator da esfera social:

Trazendo essa concepção para o objeto em análise, isso significa que o fato de o mercado de compra e venda de serviços domésticos apresentar-se mais ou menos pujante em determinados lugares deve ser compreendido como algo socialmente enraizado, ou seja, inseparável das relações sociais. Sendo assim, tendo em vista que as ações econômicas estão enraizadas nas relações sociais, as razões econômicas levantadas para explicar um fenômeno que é social precisam ser também socialmente enraizadas (FRAGA, 2016, p. 82).

A *quinta hipótese* explicativa defendida pelo autor é a de que há uma forte relação entre o volume e a configuração do serviço doméstico e a forma como ficou resolvida socialmente, em cada nação, a articulação entre a esfera produtiva e a reprodutiva. Sendo assim, ganharam importância as diferenças culturais, institucionais e históricas de cada lugar. Segundo ele, no plano societal, três caminhos principais foram seguidos pelos países, com mais ou menos força, e por mais ou menos tempo, na articulação necessária entre trabalho produtivo e reprodutivo: pela via do Estado (regime social-democrata), do mercado (regime liberal) e/ou da família (regime familista). Além disso, um quarto ator vem também contribuindo para essa articulação: as instituições filantrópicas, as ONGs e a comunidade em geral. Nesse caminho, de maneira coletiva, a própria população organiza-se em prol do trabalho reprodutivo, na forma, por exemplo, de creches comunitárias.

Essa tipologia foi elaborada teoricamente, entre outros autores, por Glucksmann (2012) e utilizada analiticamente para comparar as estratégias adotadas por diferentes países. Em alguns lugares, o Estado deu suporte à articulação entre produção e re-

produção, elevando os serviços públicos como substitutos parciais dos cuidados familiares – como em parte da Europa. Há países nos quais o Estado efetivamente cumpriu o papel de provedor de serviços sociais públicos, como o cuidado de crianças e idosos, dividindo, assim, com as famílias a responsabilidade pela reprodução e facilitando a articulação. Em outros, o mercado assumiu a provisão parcial de cuidados, ofertando uma estrutura de serviços, o que possibilitou a articulação entre produção e reprodução. Nos Estados Unidos, o mercado disponibilizou, de maneira bem ampliada, uma série de serviços em alimentação, limpeza, lavanderia e cuidado em geral.

Quando nem o Estado nem o mercado apontaram saídas, coube à família resolver a articulação por meio dos modelos de divisão sexual do trabalho (tradicional, conciliação e parceria). De acordo com a pesquisa de Hirata e Kergoat (2008), no Japão as práticas sociais responsabilizam as mães pelo cuidado da casa e dos filhos, sendo, muitas vezes, preciso escolher entre a maternidade e a carreira, devido à falta de outras estratégias, em termos de políticas públicas ou de serviços domésticos remunerados, que permitam a articulação dessas esferas. Partindo dessa tipologia, Fraga (2016) defendeu que, dependendo da articulação societal entre produção e reprodução, ao longo do tempo, em cada país – pelo Estado, pelo mercado e/ou pela família –, é possível esperar composições e volumes diferenciados de serviço doméstico. Com essa ideia, completa-se o conjunto disponível de explicações nos estudos da Sociologia e da Economia para a questão em voga.

2. Desigualdade de renda e serviço doméstico: uma análise comparativa internacional

Entre as cinco explicações existentes na literatura com o intuito de compreender a variação na proporção de mão de obra ocupada no serviço doméstico, este artigo objetiva examinar especificamente a da desigualdade de renda. Sendo assim, nesta seção, é testada a hipótese sobre a relação entre o grau de desigualdade dos países e a proporção de mulheres ocupadas como trabalhadoras domésticas, a partir da estimação de uma regressão linear. Para isso, os dados sobre a participação das mulheres no segmento de serviços domésticos são provenientes do relatório “Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection”, resultado da pesquisa realizada pela OIT, divulgada em 2013.

No caso da aferição da desigualdade de renda nos países analisados, optou-se por utilizar o coeficiente de Gini. Esse índice é um indicador amplamente empregado para a medição da concentração de renda em determinada população. Ele varia de 0 a 1, de forma que, quanto mais próximo de 0, menor é o grau de concentração da renda e, portanto, mais igualitária é a sociedade em questão. Por outro lado, quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda e, logicamente, mais desigual é a sociedade observada. A fonte desse indicador usada nesta pesquisa é o banco de dados on-line sobre desenvolvimento socioeconômico mantido e divulgado pelo Banco Mundial.³

3. O banco de dados pode ser acessado em <http://datos.bancomundial.org/>.

2.1. Descrição da base de dados

Os dados divulgados pela OIT revelam informações sobre a proporção de pessoas empregadas em serviços domésticos para 117 países. Para os fins deste artigo, entretanto, não se fez possível a utilização desses dados em sua totalidade. Apenas se incluíram no modelo países que possuíssem informação sobre seus respectivos índices de Gini disponível na base de dados do Banco Mundial. Foram retirados ainda da proposta países cujo dado mais recente do Gini precedesse o ano de 2004. Tal decisão pretendeu agregar certo rigor intertemporal à análise, de modo que os dados sobre emprego doméstico, compatibilizados pela OIT para o ano de 2010, não estivessem tão distantes no tempo dos dados sobre desigualdade. Além disso, como o objetivo desta pesquisa está centrado na análise apenas da proporção de mulheres empregadas em serviços domésticos, optou-se por descartar do estudo países que não possuíssem informações desagregadas por sexo.

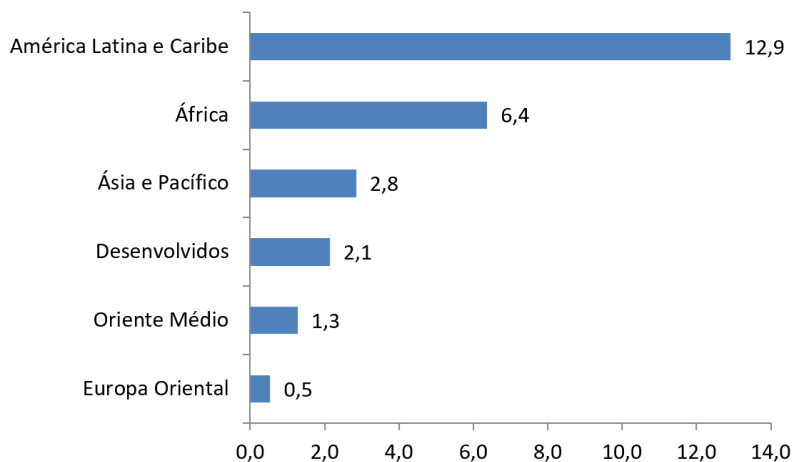
Ao final da aplicação de todos os critérios acima listados, chegou-se a um universo de 95 países.⁴ Seguindo a classificação adotada pela própria OIT, os países incorporados a este artigo podem ser divididos em seis grandes grupos, discriminados a seguir, em ordem decrescente, segundo o número total presente em cada grupo: África (20 países); Desenvolvidos (20 países); Europa Oriental (20 países); América Latina e Caribe (16 países); Ásia e Pacífico (15 países); e Oriente Médio (4 países).⁵

Do total dos 95 países estudados, a região da América Latina e Caribe é aquela que concentra a proporção mais elevada de trabalhadoras domésticas em relação ao total de mulheres ocupadas (12,9%). A segunda região de maior percentual nesse quesito é a África, mas, ainda assim, com cerca de metade (6,4%) da proporção verificada no primeiro grupo. Já a Europa Oriental é a região com a menor proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos (0,5%).

4. A proporção de mulheres ocupadas como trabalhadoras domésticas e o índice de Gini de cada um dos países que fazem parte do modelo se encontram em tabela no apêndice deste trabalho.

5. Por questão de indisponibilidade de informações sobre o índice de Gini, o universo de países pertencentes ao Oriente Médio apresentou-se consideravelmente reduzido em relação àquele que aparece no estudo da OIT. Os países do Oriente Médio com maior proporção de trabalhadoras domésticas foram justamente aqueles que ficaram de fora do presente artigo, fato que pode ter causado algum tipo de alteração no modelo estudado.

Gráfico 1: Proporção de mulheres ocupadas no serviço doméstico segundo grupo de países, 2010 (em % do total de mulheres ocupadas)

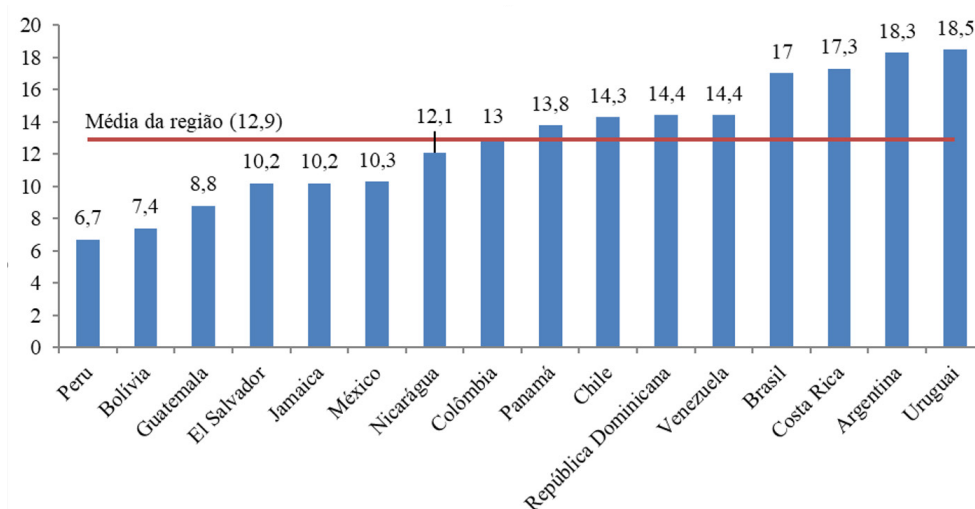


Elaboração própria. Fonte: OIT, 2013.

Em uma análise mais detida sobre a América Latina e Caribe, nota-se que mais da metade dos países da região encontram-se acima da média de 12,9%. Cabe desta-

car, em especial, países como Brasil, Costa Rica, Argentina e Uruguai, cuja proporção de mulheres ocupadas no serviço doméstico alcança ou ultrapassa os 17%.

Gráfico 2: Proporção de mulheres ocupadas no serviço doméstico, América Latina e Caribe, 2010 (em % do total de mulheres ocupadas)

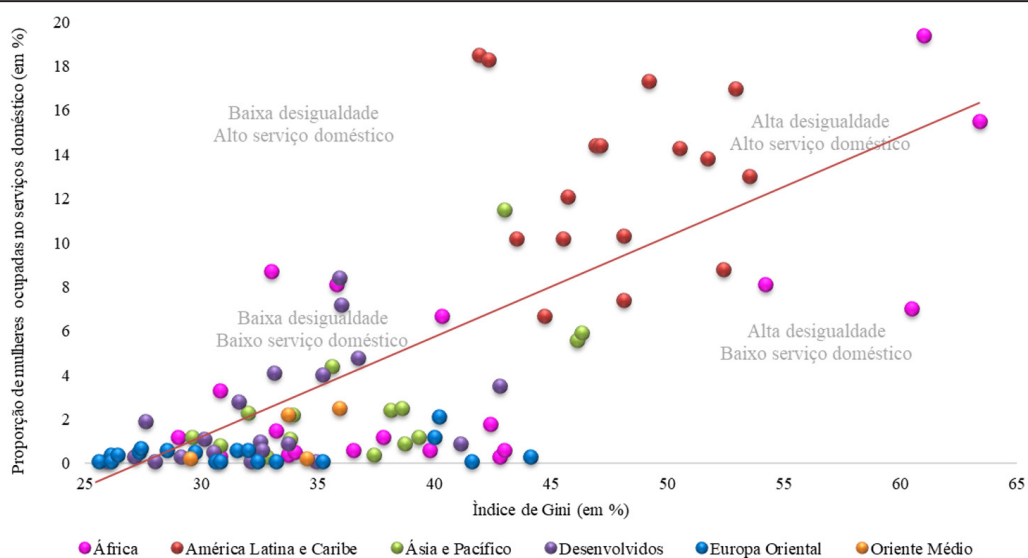


Elaboração própria. Fonte: OIT, 2013.

Essa região também se apresenta como a mais desigual entre as estudadas. A análise gráfica da correlação entre o nível de desigualdade e a proporção de mulheres ocupadas no serviço doméstico (Gráfico 3) evidencia um claro padrão regional, em que os países da América Latina e Caribe (em vermelho) são aqueles que mais se aproximam do quadrante acima e à direita, combinando elevada desigualdade de renda e alta participação feminina nos serviços domésticos. Já os países da Europa Oriental e os Desenvolvidos – no gráfico, respectivamente, em azul e roxo – tendem à área de baixa desigualdade aliada à menor participação nos serviços

domésticos, assim como o Oriente Médio (na cor laranja). Os países que compõem o grupo da Ásia e do Pacífico (em verde) também estão majoritariamente localizados na região que congrega baixa desigualdade com baixo serviço doméstico, ainda que alguns casos se desloquem do grupo em direção às regiões de alta desigualdade e/ou alta proporção de serviços domésticos. Os países africanos (em rosa) apresentam-se mais pulverizados pelo gráfico. Em geral, para a totalidade dos países estudados, a partir da reta de tendência em vermelho, é possível perceber uma correlação positiva entre serviço doméstico e desigualdade de renda.

Gráfico 3: Correlação entre o Índice de Gini e o percentual de mulheres ocupadas no serviço doméstico segundo grupos de países analisados



Elaboração própria. Fonte: OIT, 2013 e Banco Mundial (2016)

Nota: Djibouti e Azerbaijão foram retirados do gráfico por terem sido identificados como *outliers*. Pelo mesmo motivo, também se excluíram ambos os países da análise de regressão. Djibouti possui 41,6% de participação feminina no emprego doméstico e um índice de Gini de 45,1 (alto serviço doméstico/alta desigualdade). Já o Azerbaijão é um caso extremo de baixa participação em serviços domésticos (2% das mulheres ocupadas) e baixa desigualdade (Gini de 16,6).

2.2. Resultados do modelo

Esta pesquisa utilizou a técnica estatística da regressão, a qual possibilita o estudo da relação entre uma variável dependente e variáveis independentes (ou explicativas). A análise da regressão consiste em um método útil de análise de dependência entre variáveis, mas não espelha necessariamente uma relação de causalidade entre elas. O método de MQO é a técnica de estimação mais amplamente difundida para a análise de regressão. Tal técnica atua através da minimização da soma dos quadrados dos resíduos da regressão (diferença entre valores estimados e observados).

Nesse sentido, a equação da regressão foi estimada através do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e é dada por:

$$Mul_d = \alpha + \beta_1 gini + u,$$

em que Mul_d é a proporção de mulheres empregadas no serviço doméstico para cada um dos países estudados, $gini$ é a variável explicativa que contém o índice de Gini de cada um dos respectivos países, e u é o termo de erro.

A expectativa é que o coeficiente estimado β_1 seja positivo para a variável da desigualdade – o índice de Gini. Tal resultado indicaria que quanto mais alto o grau de desigualdade existente em um país, mais provável que a proporção de mulheres empregadas no serviço doméstico também fosse elevada. A Tabela 1, a seguir, apresenta os resultados do modelo estimado para um intervalo de confiança de 95%.⁶

Tabela 1 – Síntese de resultados da regressão 1

Variáveis explicativas	Coefficiente	Erro padrão robusto	p-valor
Índice de Gini	0,466*	0,059	0,000
Constante	-13,347*	1,553	0,000
R ²	0,55		
F (1,91)	99,85		
		(prob > F = 0,000)	
Observações	93		

Elaboração própria. Fonte: OIT (2013) e Banco Mundial (2016).

Nota: *p<0,01

6. Possíveis vieses causados pela presença de heterocedasticidade foram atenuados por meio da utilização da estimação de erros padrões robustos. O método de MQO pressupõe a propriedade da homocedasticidade, ou seja, que a variância do termo de erro dos dados deve ser constante. Dados heterocedásticos não resultam em parâmetros estimados viesados, porém interferem na seleção dos estimadores de menor variância. Além disso, na presença de heterocedasticidade, os erros padrões costumam ser viesados. Assim, a estimação de erros padrões robustos garante maior confiabilidade aos resultados de significância e intervalo de confiança.

Os dados acima confirmam a expectativa de que a relação entre o grau de desigualdade dos países e a proporção de emprego doméstico que neles se verifica é positiva. Ou seja, 1 ponto percentual a mais no índice de Gini aumenta, em aproximadamente 0,466 ponto percentual, a proporção de mulheres empregadas nos serviços domésticos. Tanto o coeficiente da constante quanto do índice de Gini se apresentam significativos ao nível de 1%, e o coeficiente de determinação (R2) é de aproximadamente 55%, indicando que cerca de 55% da variação percebida na variável dependente (percentual de mulheres empregadas no serviço doméstico) pode ser explicada pela variável independente (índice de Gini).

Em uma tentativa de trazer um maior número de fatores explicativos relevantes para a proposta da comparação internacional, testou-se um segundo modelo, no qual

agora foram incluídas variáveis *dummy* (binárias) para cada grupo de países. Variáveis *dummy* são aquelas que podem assumir apenas dois valores: 0 ou 1. São também chamadas de variáveis binárias e geralmente utilizadas para transmitir informações qualitativas. No modelo em questão, a variável *dummy* assume o valor 1 toda vez que o país pertencer a determinado grupo, e zero quando não o fizer. Por exemplo, no caso da *dummy* “Africa”, toda vez que um país pertencer à África, ele será computado como 1 para esta variável. Já a informação sobre os países que não fazem parte do continente africano será processada como zero. A mesma lógica se aplica para as demais *dummy* do modelo (“EurOrient”, “AsiaPac”, “ALcaribe” e “OMedio”).

O grupo de referência para a regressão foi o dos países desenvolvidos. Assim, a equação para o novo modelo pode ser lida como:

$$Mul_d = \alpha + \beta_1 gini + EurOrient + AsiaPac + ALcaribe + Africa + OMedio + u.$$

Na análise da segunda regressão proposta, também estimada para um intervalo de confiança de 95%, nota-se que o coeficiente referente ao índice de Gini continua positivo e significativo ao nível de confiança de 1%. De acordo com a estatística de significância geral F, pode-se ainda

dizer que a regressão é significativa como um todo para o mesmo nível de confiança. Já o coeficiente de determinação R2 indica que cerca de 73% da variação da proporção de mulheres empregadas nos serviços domésticos se deve às variáveis explicativas em questão.

Tabela 2 – Síntese de resultados da regressão 2

Variáveis explicativas	Coefficiente	Erro padrão	p-valor
Índice de Gini	0,279*	0,072	0,000
Europa Oriental	-1,457	0,605	0,018
Ásia e Pacífico	-0,473	0,826	0,568
América Latina e Caribe	6,615*	1,663	0,000
África	0,053	1,021	0,959
Oriente Médio	-1,021	0,666	0,129
Constante	-7,034*	2,363	0,004
R ²	0,73		
F (1,91)	29,05		
		(prob > F = 0,000)	
Observações	93		

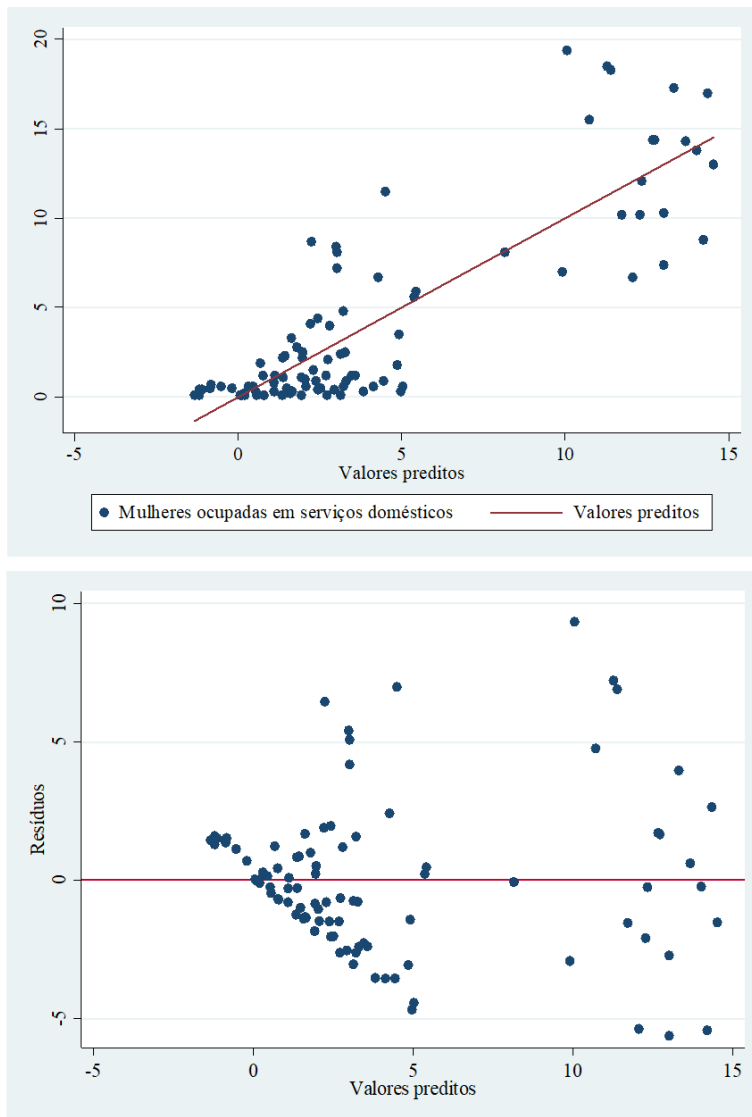
Elaboração própria. Fonte: OIT (2013) e Banco Mundial (2016).

Nota: *p<0,01

No que se refere às variáveis *dummy* para os grupos de países, apenas o coeficiente da América Latina e Caribe se mostrou significativo ao nível de 1%, de forma que os demais não possuíam significância nem mesmo a 10%. De acordo com os resultados, estar em um país da América Latina e Caribe, em comparação a fazer parte de um país desenvolvido, aumenta em aproximadamente 6,615 pontos percentuais a presença relativa de mulheres na ocupação de trabalhadora doméstica. Além da América Latina, apenas o coeficiente da África também se mostrou positivo nessa regressão, apesar de não ser significativo.

Por fim, a análise da reta ajustada e dos valores preditos, juntamente da inspeção dos resíduos do modelo *versus* os valores

preditos, explicita que, apesar de uma reta relativamente ajustada, já indicada por um R² de 0,73, que atua como medida de qualidade do ajuste, parece haver um aumento da variância dos resíduos, o que poderia ser um indicativo de heterocedasticidade. Os efeitos de viés do erro padrão que a heterocedasticidade poderia provocar foram atenuados nos resultados da regressão por meio da estimação de erros padrão robustos. Outra possibilidade para a promoção de um melhor ajuste seria excluir um maior número de *outliers*. Contudo, dado o tamanho reduzido da amostra – apenas 93 países – optou-se por manter todos os dados apresentados, com a ressalva de que talvez uma outra especificação de modelo seja necessária em estudos futuros sobre o tema, buscando um melhor ajuste.



Elaboração própria. Fonte: OIT (2013) e Banco Mundial (2016).

Considerações finais

Os resultados da análise comparativa internacional aqui apresentados parecem caminhar em direção à confirmação da hipótese de que o grau de desigualdade experimentado pelos países possui relação positiva com o percentual de trabalhadoras empregadas no serviço doméstico, uma vez

que os coeficientes das regressões para essa variável mostraram-se positivos e significativos. Além disso, ao somarem-se à análise variáveis referentes às regiões às quais os países pertencem, percebeu-se ainda uma expressiva resposta na relação da proporção do emprego doméstico com os países da América Latina e Caribe, justamente a região que, na média, possui os maiores níveis

de desigualdade. A análise de ajuste da regressão, porém, sugere cautela na interpretação dos dados e indica que, em pesquisas futuras, talvez seja necessário modificar a especificação do modelo.

As constatações resultantes das duas regressões realizadas nesta pesquisa não significam que as outras quatro hipóteses explicativas – a modernização, o crescimento econômico, a imigração e a forma como ficou resolvida socialmente, em cada nação, a articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva – não possam ter também seu grau de importância. Pelo contrário, o mais provável é que todas elas contribuam, em algum nível, para a compreensão desse fenômeno que, dada a sua complexidade, acaba revelando-se multicausal. O que fica indicado, a partir deste artigo, é que a desigualdade de renda ocupa de fato um lugar central nesse conjunto amplo de fatores, tendo, portanto, uma provável influência sobre a proporção de serviço doméstico. Sendo assim, em termos de distribuição de renda, um panorama mais igualitário ou mais desigual é indicativo do tamanho que o trabalho doméstico remunerado alcança em determinado lugar e do volume de mulheres que o realiza cotidianamente.

Referências

- AUBERT, V. The housemaid: an occupational role in crisis. *Acta Sociologica*, 1 (3), p. 149-158, 1955-56.
- BOSERUP, E. *Woman's Role in Economic Development*. New York: St. Martin's Press, 1970.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRITES, J.; PICANÇO, F. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, v. 19, n. 31, p. 131-158, 2014.
- CHAPLIN, D. Domestic Service and Industrialization. *Comparative Studies in Sociology*, p. 97-127, 1978.
- COLLVER, A.; LANGLOI, E. The female labour force in metropolitan areas: an international comparison. *Economic Development and Cultural Changes*, 10 (4), p. 367-385, 1962.
- COSER, L. Servants: The Obsolescence of an Occupational Role. *Social Forces*, 52, p. 31-40, 1973.
- DATOS. Banco de dados do Banco Mundial, 2016. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- FRAGA, A. *O serviço doméstico sob os holofotes públicos: alterações na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil (Estado, mercado e família)*. 2016. 216 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.
- GLUCKSMANN, M. Rumo a uma sociologia econômica do trabalho do *care*: comparando configurações em quatro países europeus. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. (Org.) *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 63-78.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(3), p. 481-510, 1985.
- HILL, B. O trabalho doméstico é trabalho de mulher: tecnologia e mudança no papel da dona de casa. *Varia História*, n. 14, p. 34-48, 1995.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (Orgs.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 263-278.
- HONDAGNEU-SOTELO, P. *Doméstica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence*. Berkeley: University of California Press,

2001.

ILO. **Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection.** Geneva: ILO/International Labour Office, 2013. Disponível em: <http://www.ilo.org/travail/Whatsnew/WCMS_173363/lang--en/index.htm>. Acesso em: 25 fev. 2018.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasília: IPEA, 2015.

IPEA. **Situação atual das trabalhadoras domésticas no país.** Comunicados do IPEA, 90, 2011.

LERNER, D. **The passing of traditional society.** The Free Press of Glencoe, 1958.

LISBOA, T. **Gênero e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas.** REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, v. XIV, n. 26 e 27, p. 151-166, 2006.

MCBRIDE, T. **The Domestic Revolution: the Modernisation of Household Service in England and France (1820-1920).** New York: Holmes & Meier Publishers, 1976.

MCCLELLAND, D. **The achieving society.** New Jersey: The Van Nostrand. Co., 1961.

MILKMAN, R.; REESE, E.; ROTH, B. **A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado.** Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v. 4, n. 7, p. 143-167, 1998.

MOORE, W., HOSELITZ, B. **Industrialization and society.** UNESCO, 1963.

OIT. **Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos.** Nota n. 5. Brasília, Escritório no Brasil, 2011 (Série Trabalho doméstico remunerado no Brasil).

PARSONS, T. **The social system.** New York: The Free Press, 1951.

POLANYI, K. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VIECELI, C.; SCHNEIDER, E.; MONTEIRO, S. **Os determinantes do emprego doméstico no Brasil nos anos 2000.** In: VIECELI, C.; WÜNSCH, J.; STE-

FFEN, M. (Orgs.) **Emprego doméstico no Brasil: raízes históricas, trajetórias e regulamentação.** São Paulo: LTr, 2017, p. 96-115.

RESUMO

Na bibliografia sobre o trabalho doméstico remunerado, uma pergunta continua de alguma forma em aberto: o que explica a variação na proporção de mão de obra ocupada no serviço doméstico de cada país? Entre as cinco hipóteses apresentadas pela Sociologia e pela Economia para responder a essa questão, a explicação pela desigualdade de renda já foi testada, apenas para os Estados Unidos, pelas sociólogas americanas Milkman, Reese e Roth (1998). De acordo com elas, um fator determinante do tamanho do emprego doméstico em certo lugar é o grau de desigualdade econômica ali existente. Este artigo objetiva verificar essa mesma hipótese, mas para um conjunto de 95 países de diversas partes do mundo. Por meio de um modelo de regressão, utilizando o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), é avaliada a relação entre o índice de Gini dos países e a proporção de mulheres ocupadas como trabalhadoras domésticas.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho doméstico remunerado. Desigualdade. Mão de obra feminina. Índice de Gini.

ABSTRACT

In the bibliography on paid domestic work, one question remains open: what explains variation in the proportion of the labor force employed in domestic service in each country? Among the five hypotheses presented by Sociology and Economics to answer this question, the explanation focused on income inequality has already been tested, only for the United States, by the American sociologists Milkman, Reese and Roth (1998). According to them, a crucial determinant of the extent of employment in paid domestic labor in a given location is the degree of economic inequality there. This article aims to verify the same hypothesis, but for a group of 95 countries from different parts of the world. Through a regression model, using the Ordinary Least Squares (OLS) method, the relationship between the Gini index of the countries and the proportion of women employed as domestic workers is evaluated.

KEYWORDS

Paid domestic work. Inequality. Female workforce. Gini index.

Recebido em: 05/01/2020

Aprovado em: 12/08/2020

Apêndice

Tabela 3 – Países pesquisados segundo grupos, proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos e índice de Gini (Continua)

Grupo	País	Proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos (em %)	Índice de Gini (em %)
Desenvolvidos	Austrália	0,1	34,9
	Áustria	0,5	30,5
	Bélgica	1,9	27,6
	Canadá	0,9	33,7
	Dinamarca	0,3	29,1
	Finlândia	0,3	27,1
	França	4,1	33,1
	Alemanha	1,1	30,1
	Grécia	4,8	36,7
	Irlanda	1,0	32,5
	Israel	3,5	42,8
	Itália	4,0	35,2
	Japão	0,1	32,1
	Países Baixos	0,1	28,0
	Noruega	0,1	25,9
	Portugal	7,2	36,0
	Espanha	8,4	35,9
	Suíça	2,8	31,6
	Reino Unido	0,6	32,6
	Estados Unidos	0,9	41,1
Europa Oriental	Armênia	0,6	31,5
	Azerbaijão	2,0	16,6
	Croácia	0,6	32,0
	República Checa	0,1	26,1
	Geórgia	1,2	40,0
	Hungria	0,1	30,6
	Cazaquistão	0,4	26,4
	Quirguistão	0,7	27,4
	Lituânia	0,1	35,2

	Macedônia	0,3	44,1
	Moldávia	0,6	28,5
	Montenegro	0,1	33,2
	Polônia	0,1	32,4
	Romênia	0,5	27,3
	Federação Russa	0,1	41,6
	Sérvia	0,5	29,7
	Eslováquia	0,4	26,1
	Eslovênia	0,1	25,6
	Tajiquistão	0,1	30,8
	Turquia	2,1	40,2
	<hr/>		
	Bangladesh	2,3	32,0
	Camboja	0,8	30,8
	Índia	2,2	33,9
	Indonésia	4,4	35,6
	Irã	0,4	37,4
	Malásia	5,9	46,3
	Mongólia	1,1	33,8
Ásia e Pacífico	Nepal	0,3	32,8
	Paquistão	1,2	29,6
	Filipinas	11,5	43,0
	Ilhas Salomão	5,6	46,1
	Sri Lanka	2,5	38,6
	Tailândia	1,2	39,3
	Tonga	2,4	38,1
	Vietnã	0,9	38,7
	<hr/>		
	Argentina	18,3	42,3
	Bolívia	7,4	48,1
	Brasil	17,0	52,9
	Chile	14,3	50,5
	Colômbia	13,0	53,5
	Costa Rica	17,3	49,2
	República Dominicana	14,4	47,1
América Latina e Caribe	El Salvador	10,2	43,5
	Guatemala	8,8	52,4
	Jamaica	10,2	45,5

	México	10,3	48,1
	Nicarágua	12,1	45,7
	Panamá	13,8	51,7
	Peru	6,7	44,7
	Uruguai	18,5	41,9
	Venezuela	14,4	46,9
	<hr/>		
	Argélia	1,2	29,0
	Botswana	7,0	60,5
	Burkina Faso	0,6	39,8
	Djibouti	41,6	45,1
	Egito	0,3	30,8
	Etiópia	1,5	33,2
	Gana	0,3	42,8
	Guiné	0,4	33,7
	Lesoto	8,1	54,2
África	Libéria	0,6	36,5
	Mali	8,7	33,0
	Mauritius	8,1	35,8
	Namíbia	19,4	61,0
	Nigéria	0,6	43,0
	São Tomé e Príncipe	3,3	30,8
	Senegal	6,7	40,3
	Serra Leoa	0,5	34,0
	África do Sul	15,5	63,4
	Tanzânia	1,2	37,8
	Uganda	1,8	42,4
	<hr/>		
	Iraque	0,2	29,5
Oriente Médio	Jordânia	2,2	33,7
	Cisjordânia e Gaza	0,2	34,5
	Iémen	2,5	35,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT (2013) e do Banco Mundial (2016).